

Paulo Raposo
Allende Renck
Scott Head
organização

CIDADES REBELDES

Invisibilidades, silenciamentos,
resistências e potências



Cidades rebeldes:
invisibilidades, silenciamentos,
resistências e potências

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo Cesar Balthazar

Vice-Reitora

Catia Regina Silva de Carvalho Pinto

EDITORA DA UFSC

Diretora Executiva Interina

Flavia Vicenzi

Conselho Editorial

Agripa Faria Alexandre

Antonio de Pádua Carobrez

Carolina Fernandes da Silva

Evelyn Winter da Silva

Fábio Augusto Morales Soares

Fernando Luís Peixoto

Ione Ribeiro Valle

Jeferson de Lima Tomazelli

Josimari Telino de Lacerda

Luis Alberto Gómez

Marília de Nardin Budó

Núbia Carelli Pereira de Avelar

Priscila de Oliveira Moraes

Sandro Braga

Vanessa Aparecida Alves de Lima

COMITÊ EDITORIAL DA COLEÇÃO BRASIL PLURAL

Vânia Zikán Cardoso (Coordenadora da Coleção)

Alicia Castells

Esther Jean Langdon

Márcia Grisotti

COMITÊ GESTOR DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA BRASIL PLURAL

Deise Lucy Montardo (UFAM)

Eliana Elisabeth Diehl (UFSC)

Esther Jean Langdon (UFSC)

Sônia Weidner Maluf (UFSC)

Vânia Zikán Cardoso (UFSC)

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

88040-900 – Florianópolis-SC

Fone: (48) 3721-9408

editora@contato.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

Paulo Raposo
Allende Renck
Scott Head
Organização

Cidades rebeldes:

invisibilidades, silenciamentos,
resistências e potências

© 2021 (e-book) Editora da UFSC [Nota do Editor = mesmo conteúdo]
© 2019 (impresso)

Coordenação editorial:

Cristiano Tarouco

Capa e editoração:

pamalero artes

Imagem da capa:

Micol Brazzabeni

Revisão:

Vilca Marlene Merízio

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

C568 Cidades rebeldes [recurso eletrônico] : invisibilidades, silenciamentos, resistências e potências / Paulo Raposo, Allende Renck, Scott Head, organização. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2021.
213 p. : il. – (Coleção Brasil Plural)

E-book (PDF)

Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-036-0>

ISBN 978-65-5805-036-0

1. Cidades e vilas – Usos e costumes. 2. Espaços públicos. 3. Movimentos sociais. I. Raposo, Paulo. II. Renck, Allende. III. Head, Scott. IV. Série.

CDU: 911.375:316

Ficha catalográfica elaborada por Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

Sumário

Apresentação	7
Paulo Raposo	
Uma introdução (im)possível	14
Paulo Raposo	
Minha buceta é o poder: sobre espaços públicos e privados. Exposição de casos ocorridos após uma apresentação do ERRO Grupo na UDESC.....	29
Pedro Bennaton e Luana Raiter	
Sobre como borboletas pousam no pomar ou um traço artístico que permeia um movimento social	47
Marília Ennes Becker	
Cê está vendo algum médico por cá?	57
Santiago Cao	
Corpo, máscara e tambor: intersecções entre política e carnaval nas ruas de Londres (1999) e no sambódromo do Rio de Janeiro (2018)	70
Fátima Costa de Lima	
Arte, espaço público e coreopolíticas: como a arte de rua pode não apenas debater, mas também combater (utopias de uma atriz).....	86
Luana Raiter	
In(ter)venção urbana: quando o corpo é método e não obstáculo.....	99
Rodrigo Gonçalves dos Santos	
Indignando-se com Gatlif contra a cidade fantasmagórica	113
Scott Head	

A emergência dos coletivos urbanos no Rio de Janeiro: novas configurações da participação política.....	126
Nilton Silva dos Santos	
Migrações, desabamentos e metáforas: desestabilizações nas paisagens urbanas.....	139
Janaina Santos	
Problemas em torno de cartografar as margens	150
Ana Lúcia Ferraz	
Cidadão Invisível e o direito à cidade negada	167
Alexandra Eliza Vieira Alencar	
Paisagens sonoras urbanas: um ensaio sobre as sonoridades das cidades	179
Viviane Vedana	
Epílogo.....	194
Allende Renck	
Sobre as autoras e autores	209

Cidades Rebeldes

Uma introdução (im)possível

Paulo Raposo

*O mundo é formado não apenas pelo que já
existe (aqui, ali, em toda a parte),
mas pelo que pode efetivamente existir
(aqui, ali, em toda a parte).*

Milton Santos¹

O que nos ocorre quando pensamos que as cidades podem ser rebeldes? Em que medida, resistência e potência se podem imaginar em diálogo ou em decorrência de invisibilidades e silenciamentos? De que forma habitar a cidade contemporânea – e ela deve ser desde logo concebida com uma pluralidade de formatos e aparências – sem sucumbir ao desenho urbano, criado a partir de decisores políticos e estéticos que desconhecemos, que se distinguem de nós, que professam outros modelos de vida? Como reagir às inexoráveis formas de poder e hegemonia que determinam o traçado das ruas e das praças, definem os lugares de reunião e ditam suas possibilidades e seus acessos? Como se enquadrar nos regulamentos e nas narrativas oficiais que modelam as mobilidades e as intervenções urbanísticas? Como definir e agenciar um espaço de potência e imaginação que torne possível a utopia da cidade, que se pense a partir do comum, da partilha, da decisão horizontal e do respeito pela diversidade? Como inventar a cidade plural, inclusiva, transversal e transfronteiriça, que permita atravessar, sem discriminar ou marginalizar, todas as fronteiras que dentro dela se tecem? Enfim, como projetar uma cidade para todos e todas num futuro de oportunidades distribuídas equitativamente e de conscientização cívica partilhada?

¹ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 12. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 160.

Este livro não é apenas sobre a urbanidade brasileira, nem tão pouco da insular Florianópolis, também designada em folhetos turísticos como a *Ilha da Magia*. Ele se inscreve na genealogia de um debate que retoma, no presente, os contributos teóricos e políticos para a reflexão sobre o espaço urbano de nomes como o do filósofo francês Henri Lefebvre e o do geógrafo inglês David Harvey.

Em *A produção do espaço* (1974), Lefebvre definia três momentos na produção social do espaço: *o espaço concebido*, *o espaço vivido* e *o espaço percebido*. Para ele, o *espaço concebido* era claramente o da representação abstrata da espacialidade urbana, traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, distante do real e fundado numa concepção que decorria de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico; essa noção de espaço tenderia a privilegiar a ideia de produto (projeto arquitetônico, desenho e planejamento urbano) devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral do capitalismo. O *espaço percebido* surgia, no seu entender, como uma mediação de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Desse modo, tratava-se do conjunto das representações mentais materializadas em funcionalidades e usos sociais diversos do urbano. Finalmente, o *espaço vivido* denotava as diferenças em relação aos modos de vida e às experiências cotidianas vinculadas ao espaço das representações e de usos contextuais.

Por outro lado, David Harvey ajuda-nos a pensar sobre a liberdade da cidade que, segundo ele, é muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade de acordo com o desejo de nossos corações. Daí seu subtítulo evidenciar claramente um itinerário gradativo do direito à cidade, às revoluções urbanas. Harvey claramente assume que vivemos hoje em cidades marcadas pelo conflito, divididas, fragmentadas, e introduz ainda um aspecto interessante que remete para a dimensão subjetiva e pessoal dos processos de reivindicação cívica na *polis* contemporânea. Podemos ler no seu texto *A Liberdade da Cidade*:² “A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos”.

Como nos alertava já o geógrafo brasileiro Milton Santos, “[...] é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes,

² Texto online em: <http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/A-LIBERDA-DE-DA-CIDADE-David-Harvey.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade” (2005, p. 161). E é por isso que este livro é resultado de múltiplos arranjos diferentes para pensar a cidade, de visões e miradas plurais que a enxergam a partir de lugares distintos, de objetos e sujeitos transitórios ou perenes nas suas condições de subalternidade e precariedade, de subjetividades e agências definidas pela sua diversidade e pautadas por processos de discriminação e marginalização intermitentes ou constantes. Tal como esta (im)possível introdução, é assim um livro quase impossível, mas, como as cidades invisíveis das viagens de Marco Polo descritas por Italo Calvino, feito de possibilidades, de critérios e de opções.

Na verdade, a cidade, nas palavras de Robert Park (1967, p. 3), um dos fundadores da famosa escola sociológica de Chicago, é:

*man's most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart's desire. But, if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clear sense of the nature of his task, in making the city man has remade himself.*³

De alguma maneira, o direito à cidade é não apenas um direito de acesso individual ou coletivo aos recursos que a cidade destila, mas, sobretudo, um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os mais instigantes e profundos desejos. E, por isso, o geógrafo britânico David Harvey (2012, 2014) sublinha que esse é um exercício de poder coletivo sobre o processo de urbanização, e que esse é também, de alguma maneira, uma reformulação contemporânea dos direitos humanos, uma das mais preciosas talvez, ainda que uma das mais menosprezadas. Essa inquietação, que uns podem classificar de utópica e outros de resistente, estabelece os contornos que queremos também explicitar neste livro. Pois, justamente no momento político presente em que escrevemos, assistimos a uma crescente, generalizada e descontrolada emergência de populismos reacionários, de nacionalismos xenófobos e de autoritarismos racistas e intolerantes, contaminados por uma mistura explosiva de propostas societárias moralistas, justicialistas e

³ [...] "a tentativa mais bem-sucedida do homem tentar refazer o mundo em que vive e de fazê-lo de acordo com o desejo do seu coração. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, ela é também o mundo em que, de agora em diante, o homem está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem qualquer noção da natureza de sua tarefa, ao criar cidade, o homem recriou-se a ele mesmo". (Tradução livre minha).

evangelizadoras e simultaneamente modelos econômicos neoliberais e que perfilham teorias da desregulação dos mercados e da diminuição do papel do estado. Nesse cenário seria, pois, difícil negligenciar a ideia de que é na cidade que se concentra toda a potência e as estratégias do capital; todavia, é na cidade também que se revelam arenas de disputas e de conflitos sobre novas formas de relacionamento social. Com o auge do neoliberalismo global, muitos movimentos sociais urbanos eclodiram como reação e forma de resistência; curiosamente, se autodefinem emblematicamente como movimentos da indignação, resgatando ideias de uma sociedade para as pessoas, e não para as mercadorias, e posicionando-se criticamente face ao modelo de vida urbana e de cidade decidida em gabinetes e parlamentos, por interesses econômicos ou políticos particulares, sem respaldo ou consulta popular, ou impondo visões e programas unívocos e de *top-down* para a transformação urbana. Emblemática também é a ilustração de J.F. Batailler, que David Harvey insere no seu livro *The Condition of Postmodernity* (1989), onde se mostra uma voraz retroescavadeira devorando os bairros da velha Paris e deixando atrás de si ordenadas e assépticas fileiras de HLM's,⁴ que pulularam aquela cidade no final dos anos 60.

Nesse itinerário pelo modo de ser cidade, de fazer cidade e de imaginar cidade, quer nos formatos consagrados pelas estruturas e instituições dominantes e de poder, quer pelas formas plurais de habitar esses formatos, como sugeria Johannes Fabian (1983, 2013) para uma antropologia das sociedades *outras*, procuramos também anular o distanciamento temporal entre sujeito e objeto de investigação que a escrita “a distância”⁵ pode sempre produzir. A afirmação da coetaneidade do pesquisador e dos pesquisados aqui é mais do que imperiosa, ela é urgente e reclama urgência. Se a justificativa de *outros* “fora do tempo”, porque fora da roda diacrônica civilizacional, chegou para alimentar as teorias modernistas sobre o primitivo e o selvagem,⁶

⁴ HLM é a designação francófona de *Habitation à Loyer Modéré* (habitação com aluguel controlado ou de baixo custo), e que foi muito disseminada por França, Argélia, Senegal ou Quebec.

⁵ As ciências sociais e as humanidades debatem-se com o dilema de realizarem recolhas e registos empíricos em tempos distintos do tempo da escrita analítica, das comunicações sobre o tema em fóruns académicos e em outras formas de disseminação do conhecimento.

⁶ Entendidos aqui como categorias usadas pela antropologia, e, diga-se, usada em diversos sentidos e posturas, das mais racistas, eugenistas e evolucionistas, até às relativistas culturais.

essa mesma anacronia tem sido, claramente, atribuída ao *outro* da urbe, àquele que não se encaixa nos modelos do progresso, da urbanidade, da civilidade e dos processos de transformação sociais e históricos que a vida contemporânea reclama – a partir de narrativas e práticas de poder bem localizadas. Na verdade, a negação dessa coetaneidade temporal entre observadores e observados foi um dos fatores de legitimidade, autoridade e poder do discurso científico (antropológico, no caso explorado por Fabian), mas ela reverbera também na relação entre produtores de espaço e utentes desse mesmo território e que se situam fora do modelo dominante de cidade. É essa negação da coetaneidade temporal e da subjetividade política e situada dos diversos lugares ocupados pelos habitantes das cidades contemporâneas que necessariamente estamos repensando.

Mas que invisibilidades e silenciamentos podem também ser trazidos para este debate? Procuramos explorar, na multiplicidade de artigos deste livro, uma paleta de sujeitos e de questionamentos que permita, sem esgotar, fornecer uma visão geral da discussão sobre o direito à cidade, seguindo os trilhos deixados em aberto por Henri Lefebvre em pleno Maio de 1968 e perpetuados por David Harvey no auge dos protestos dos movimentos de *Indignados* ou *Occupy*. E fomos ainda movidos pelos debates inscritos na coletânea publicada em 2013, no Brasil, com o título *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013), onde se buscou entender os protestos das chamadas “Jornadas de Junho” no Brasil. Na verdade, esse último livro explicitava, perante uma disputa de interpretações das vozes rebeldes que tomaram as ruas (não apenas no Brasil), aquilo que Raquel Rolnik, sugere na apresentação do dito livro, ou seja, pensar aquelas manifestações de protesto

[...] como um terremoto [...] que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas, sobretudo – e isso é o mais importante – fez renascer entre nós a utopia. (ROLNIK, 2013, s/p.).

Essa associação sísmica aos processos de rebeldia urbana e a explicitação da sua condição utópica parecem de fato se oferecer como lentes interessantes para o entendimento desses fenômenos recentes de mobilização popular nas ruas, aquilo a que designei

noutro lugar como uma *tensionalidade performática em espaço público* que se apresentava no formato da ocupação e da “*tomada das ruas*” (cf. RAPOSO, 2014).

Afinal, esses são trilhos semelhantes aos explorados por Marília Ennes Becker, Pedro Bennaton e Luana Raiter, Fátima Costa Lima, Scott Head ou Nilton Santos, neste livro. Todos procurando, seja pela carnavalização, seja pela ocupação, seja pela potência festiva do protesto ou pela fantasmagoria, dar conta de corpos rebeldes que, como refere Judith Butler (2018), diante da precarização da vida, de um sistema capitalista cada vez mais selvagem, predatório e bárbaro, vê esses corpos rejeitando as dores impostas por uma cidade sem direitos e se reunindo em assembleia, em manifestações públicas e em luta. Curiosamente e por razões bem tristes, na última página da edição brasileira do livro de Butler, pode ler-se o seguinte epitáfio:

A primeira edição deste livro foi impressa em 2018, ano em que a vereadora Marielle Franco – mulher negra, mãe LGBTQ, nascida na Favela da Maré, militante de movimentos sociais e direitos humanos – foi sumariamente assassinada, antes que se completasse um mês da intervenção federal militar no Rio de Janeiro. (s/a in BUTLER, 2018, p. s/p.).

Ora, esse é justamente um outro elemento do direito à cidade que remete para a dimensão da subjetividade dos corpos, seja através da sua invisibilização e silenciamento, seja através do seu sacrifício e morte, seja ainda pela sua precarização e subalternização. E isso nos faz também pensar em cidades concretas, em gentes concretas, em subjetividades concretas.

Florianópolis é uma cidade branqueada, faz muito tempo. Não é um problema de hoje. E não são os dados estatísticos do IBGE⁷, retratando de forma oficial e não totalmente confiável o Estado de Santa Catarina como sendo o mais branco do Brasil, que invertem esse projeto de branqueamento histórico que o sul do Brasil sofreu. A cidade insular, que outrora se chamava Desterro, foi assistindo a diversos movimentos de “modernização”, de reestruturação urbana e de reconfiguração populacional que procuraram empurrar para fora e segregar a população negra ali existente, como vários autores foram documentando (CARDOSO; IANNI, 1960; CARDOSO, 2000;

⁷ População por raça em Santa Catarina: brancos: 86,96%; negros 9,98%; pardos 2,63%; indígenas: 0,2%. (IBGE/2010).

CARDOSO, 2008; MARIA, 1995, 1997; RASCKE, 2014; entre outros). Maria das Graças Maria afirma também que

[...] o afastamento compulsório do perímetro urbano não impediu que as populações negras construíssem os seus territórios incrustados na parte central da cidade, numa atitude constante de redefinição dos espaços traçados pelos poderes dominantes tradicionais. (MARIA, 1995, p. 204).

Fernando Henrique Cardoso foi um dos primeiros a revelar a significativa presença de negros em relação aos demais quantitativos populacionais de Florianópolis, depreendendo-se desses números, por exemplo, que, em 1866, a freguesia de Desterro tinha 32,64% de pretos e pardos; em 1872, 35,27% (CARDOSO, 2000, p. 136). O argumento defendido de que esta é a cidade menos negra do Brasil, marcada por um mito fundador que propõe como protagonistas portugueses (açorianos), italianos e alemães, parece assim estar em contradição com os números acima revelados.

Claramente, os processos de segregação urbana, expulsando moradores negros e pobres do centro da ilha para os morros e áreas circundantes menos valorizadas ou para a periferia no continente, foi um longo, cuidadoso e detalhado programa que a elite branca e o poder político local foram cumprindo no último século, contribuindo assim para higienizar, gentrificar e branquear Desterro, talvez por isso, posteriormente, nomeado *Ilha da Magia*.

Mas o que desejo reforçar é que a invisibilidade e o afastamento forçado nunca foram, portanto, totalmente bem-sucedidos. Acresce ainda que as formas de religiosidade afro-brasileira, as manifestações carnavalescas, alguns clubes de recreio e lazer, as performances musicais como o samba, as lutas performativas como a capoeira, os gêneros híbridos de danças musicais como o Maracatu, os Baques, entre outras manifestações expressivas, sinalizaram também o processo de resistência à invisibilidade e à *máscara do silenciamento*, aqui, e em outras partes do território brasileiro. No Brasil, desde os anos 80, as dinâmicas associadas ao movimento *hip-hop* e à explosão do *rap* em particular e, mais recentemente, com as Batalhas ou eventos de *Slam*, mas também com o *Graffiti* ou o *Breakdance*, permitem que se ocupem os espaços vazios, que se quebre o silenciamento e a invisibilidade com que as corporalidades e expressividades negras foram condenadas no Brasil, num percurso que emerge do processo de escravização.

O teatrólogo, ator e intelectual negro Salloma Salomão, em *AfroTranscendence* de Yasmin Thayna / Diane Lima),⁸ afirmava o seguinte:

[...] vejo os movimentos negros disseminados pelo Brasil inteiro [...] e sem um centro organizativo. Um bom exemplo é o movimento Hip-hop [...] misturando hip-hop com capoeira, com práticas de dança, mas não apenas práticas, eles estão teorizando sobre o corpo negro urbano, sobre as danças urbanas, eles estão intervindo na paisagem urbana.

Ou talvez dito de outro modo: ganham agora uma visibilidade e uma presença que contradiz e se faz em contramão com a subalternidade e a submissão requerida sistematicamente aos negros desde o processo de escravização e de diáspora forçada dos seus antepassados africanos. Dir-se-ia que estamos aqui perante uma espécie de tensão ou confronto entre o que poderíamos chamar por a “banalidade do mal” (para reutilizar uma expressão de Hannah Arendt⁹), enquanto princípio organizador do projeto colonial e das contemporâneas formas de colonialidade,¹⁰ (cf. QUIJANO, 1997) e os modos insurgentes e de resistência que as populações negras foram capazes de acionar numa reação ao que Grada Kilomba chamou de “a máscara do silenciamento”.¹¹

⁸ *AfroTranscendence*, Cap. 7, com Salloma Salomão, dir. Yasmin Thayna / Diane Lima. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HnqIfjc9AN0>. Acesso em: 13 jul. 2018.

⁹ Conceito usado pela autora para demonstrar no caso do julgamento em Jerusalém do nazi Adolf Eichmann, cuja cobertura noticiosa para o jornal norteamericano *The New Yorker* foi por ela realizada, resultando depois na edição de um livro intitulado *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal* (1963). Para a autora, “banalidade do mal” é a atitude que resulta do ato de suspensão do pensar ou da negação do pensamento, permitindo assim que os sujeitos percam a capacidade intrinsecamente humana de pensar, ou seja, distinguir o bem do mal, o belo do feio.

¹⁰ Quijano (1997) cunhou o conceito de *colonialidade* como um processo que ultrapassa as particularidades do(s) *colonialismo(s)* e que não desapareceu com as independências ou as descolonizações. Essa distinção entre *colonialidade* e *colonialismo* revela a perenidade e a persistência das formas coloniais de dominação, mesmo após o desaparecimento das administrações coloniais; por outro lado, permite demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação são reproduzidas pelos (“novos”) mecanismos do capitalismo colonial-moderno.

¹¹ No seu texto *A Máscara*, capítulo traduzido por Jessica Oliveira de Jesus para a língua portuguesa do livro de Grada Kilomba, *Plantations Memories* (2010), onde a artista e intelectual portuguesa se refere à máscara usada como instrumento de tortura pelos

Não é despiciente pensar que a figura icônica dessa resistência é justamente uma mulher negra escravizada de nome Anastácia a quem foi infligida a tortura da máscara,

[...] composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. (KILOMBA, 2010, p. 172).

Um dos aspetos relevantes desse movimento de negros em direção do empoderamento artístico e político é o cada vez mais reiterado perfil de artista, ativista, pesquisador. Exemplo disso, Fernanda Rachel da Silva, uma das fundadoras do Coletivo Nega, no seu TCC de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola, lançava algumas questões pertinentes para pensar a cidade:

Qual é a minha cor? [...] Reflexos pertinentes de séculos de escravismo me fazem concluir que a minha cor, apesar de tanta coisa vivida e deixada, ainda não é ‘a cor dessa cidade’. (SILVA, 2016, p. 15).

Num país onde, mesmo representando mais da metade da população brasileira, os negros são apenas 20% dos deputados federais eleitos¹² (e quando olhamos para o caso das mulheres negras essa sub-representação é ainda mais gritante, com apenas 2% de deputadas negras eleitas¹³), então, essa sub-representação política reverbera em diversos níveis da sociedade brasileira, apesar da introdução nos últimos anos de políticas afirmativas. Ilka Boaventura Leite (1996)

colonizadores para impedir as pessoas escravizadas de falar ou de comer. Nas suas palavras, “[...] a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento dos(as) chamados(as) ‘Outros(as)’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (KILOMBA, 2010, p. 172).

¹² Número de Deputados Federais por raça: 410 brancos (79,9%); 81 pardos (15,8%); 22 pretos (4,3%). (Fonte: Congresso em Foco, disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-face-e-os-numeros-do-novo-congresso/>). Acesso em: 3 jul. 2018.

¹³ Esses dados decorrem do primeiro levantamento oficial sobre a cor/raça dos candidatos eleitos, feito pelo Tribunal Superior de Eleitores em 2014, e segundo análise de Campos e Machado (2015).

afirmava já num importante estudo sobre a presença negra no sul do Brasil que o argumento da “insignificância numérica” da população negra nos Estados do Sul, articulada com uma menor presença histórica de população escravizada na região, era tão impactante nas avaliações do fenômeno racial que parecia mesmo imobilizar até os militantes da causa negra (LEITE, 1996, p. 40). Mas acrescentava que talvez isso se tratasse afinal de um *forcing* estratégico narrativo para branquear o território do sul brasileiro.

É principalmente neste século (XX) que a imagem do negro vai pouco a pouco fazendo parte da identidade nacional em construção, da ideia de ‘cultura brasileira’. Neste mesmo período, no Sul, ele é sistematicamente retirado do quadro da identidade regional. Um dos fortes componentes da identidade étnica da região Sul é a sua branquidade, a sua europeização. (LEITE, 1996, p. 50).

Essa tensão recorda a advertência que trazia Kabengele Munanga em entrevista à revista:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. (MUNANGA, 2004, p. 52).

Fruto de um modelo herdado do passado escravocrata e escondido por detrás do mito da “democracia racial”, alguns contextos singulares das expressões culturais brasileiras foram ocupados lentamente pela população negra para além das profissões subalternas, como no desporto e na música (no *Samba* em concreto), mas mesmo assim quase sempre articulados com processos de branqueamento dessas atividades. Porém, em certas áreas de conhecimento, das ciências às restantes artes, a invisibilidade da produção dessas pessoas perdurou por muito tempo, incluindo aí a não valorização ou até mesmo o total embranquecimento de alguns artistas negros.

Ora, um outro eixo presente neste livro se refere justamente a essa ideia de movimento,¹⁴ de empoderamento e de potenciação de sujeitos

¹⁴ Expressão que escutei na minha pesquisa recente em Florianópolis junto da colega Alexandra Alencar, Pós-Doutoranda vinculada ao Projeto *Direitos Humanos*,

frequentemente invisibilizados e silenciados – embora sempre presentes e falantes – e que não se restringem apenas à dimensão racial, mas antes numa leitura interseccional, se revelam também em operadores de classe e gênero.¹⁵ Falamos de negros e negras, de pobres e favelados, de moradores de rua e sem teto, de imigrantes ou indocumentados, como nos revelam afinal os artigos de Ana Lúcia Ferraz e Santiago Cao, sobre moradores de rua e *junkies*, de Janaína Santos, sobre imigrantes, e de Alexandra Alencar sobre população negra. Como nos diz Santiago Cao no seu texto, aqui: “um espaço público que não é habitado, não é mais do que uma materialidade carente de vida”; mas, sendo assim, ao contrário do que poderíamos imaginar, esta cidade dos invisíveis e dos silenciados é uma cidade habitada, resistente e potente de vida.

Finalmente, existe um último eixo que se revela neste livro e que procura documentar e comentar formas outras de habitar e cartografar a cidade como nos comentava Marília Ennes Becker, ainda que de forma provisória e não central ao seu argumento, mas que Rodrigo Gonçalves faz reverberar de forma muito intensa no seu texto. Um eixo também enunciado nas cartografias sensíveis que potenciam modos de sentir e de inventar a cidade, claramente presentes nas paisagens sonoras urbanas que Viviane Vedana nos dá a conhecer, ou no modo como os nossos corpos podem ocupar e se revelarem no espaço público e nas interrogações sobre que corpo é esse que contamina a cidade, como nos propõe Santiago Cao. Trata-se afinal de pensar instrumentos e ferramentas que nos possam, por um lado, ajudar a pensar a cidade, e por outro, a pensar no *encontro* com aqueles que a habitam de formas muito diferentes. O arquiteto e urbanista Jeffrey Hou referia a necessidade de nos concentrarmos em microescalas do urbano. Obviamente que existe uma dimensão de larga escala, onde redes de produtos, bens e serviços

Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina, quando a mesma se definia no âmbito da discussão do seu filme “Cidadão Invisível”, apresentado no Ciclo de Cinema *Cidades Rebeldes*, não apenas como uma mulher do movimento negro, mas sobretudo como uma mulher negra em movimento.

¹⁵ Não querendo aqui excluir outras formas e outros corpos e subjetividades que não foram aqui incluídas nesta coletânea de artigos, como sejam os corpos de pessoas com deficiência ou de corpos trans. Por outro lado, a dimensão de gênero atravessa muitos dos artigos aqui reunidos, embora não se apresente tão sublinhada como as dimensões raciais e de classe. Tal não significa que a sua relevância e significação seja menor ou ausente, mas, antes que, por variadas razões, não conseguimos reunir aqui contributos mais ecléticos para pensar tal fenômeno.

continuam a se expandir, articulando cidades, regiões e até continentes. Mas como Hou afirma:

Hoje, as cidades e as suas redes podem ser amplas mas alguns aspetos da vida continuam na escala pequena – nas ruas, nos parques de estacionamento, nos espaços entre edifícios, nos locais de passagem, nos toques e nos cheiros. E são estes fenômenos e encontros que dotam as cidades de dinamismo cotidiano e de experiência. (HOU, 2008, p. 30).¹⁶

Os encontros, aqui traduzidos pelos artigos agora publicados, pautam-se pela sua enorme diversidade na revelação dessas microescalas, pela quase intradutibilidade de experiências de contato com as margens da cidade, pelo potente distanciamento de contextos e de vivências de processos de subalternização, invisibilização e silenciamento que manifestamente escapam, porosos, tantas vezes, por entre nossos olhares de acadêmicos, de artistas e de ativistas. Também ali, assim, se revelam rebeldes essas cidades.

Por fim, este é também o encontro com o futuro leitor e futura leitora que agora se abre, mas onde a (im)possibilidade de introduzir esta obra coletiva é, afinal, talvez a chave de acesso à porta de entrada para a possibilidade de a ler. E é este o convite que fazemos a partir de agora. Boas leituras, bons encontros, boas caminhadas.

Referências

BUTLER, Judith, *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Fernanda Siqueira Miguens (Tradutora). São Paulo: Civilização Brasileira, 2018. (2015, Harvard University Press).

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasil, 1960.

¹⁶ But, while today's cities and networks may be large, some aspects of life go on at a small scale—on the streets, in the parking lots, in/between buildings, in passing sights, touches, and smells. It is these phenomena and encounters that provide cities with their everyday dynamism and experiences. (HOU, 2008, p. 30, tradução livre minha).

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (2012, Verso Ed.).

HOU, Jeffrey. "Urban Microcosmos". In: *Column 5: Journal of Architecture*, issue 22, p. 30-33, 2008.

KILOMBA, Grada, *Secrets to tell*. Catálogo à Exposição do MAAT – Museu Arte Arquitectura e Tecnologia, Lisboa. 2017.

KILOMBA, Grada, "A Máscara". In: *Cadernos de Literatura em Tradução*. USP, n. 16, p. 171-180. Tradução Jessica Oliveira de Jesus (ed. Original: KILOMBA, Grada. "The Mask". In *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010).

LEFEBVRE, Henri. *Le Droit à la Ville*. Paris: Anthropos, 1968.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MARIA, Maria das Graças. *Memória Subterrânea: construção das representações de Identidade do Negro em Florianópolis*. In: *Esboços: histórias em contextos globais*. Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 58-69, jan. 1995.

_____. *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1997.

MUNANGA, Kabengele. "A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil – Entrevista de Kabengele Munanga". *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 51-56, 2004.

PARK, Robert. *On Social Control and Collective Behavior*, Chicago, University of Chicago Press, 1967.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina". In: *Anuário Mariateguiano*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

RASCHE, Karla Leandro. 'Territórios Negros' em Florianópolis na primeira metade do século XX. In: ANAIS DO XV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA "1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado", *Anais...* 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis, p. 1-12, 2014.

RAPOSO, Paulo. “Festa e Performance em Espaço Público: tomar a rua!”. *In: Ilha – Revista de Antropologia*. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 89-114, dez. 2014.

ROLNIK, Raquel. “Apresentação”. *In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Fernanda Rachel. *Eu, tu, elas: refletindo sobre as percepções pós espetáculo Preto-à-Porter*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Florianópolis: UFSC, 2016.

